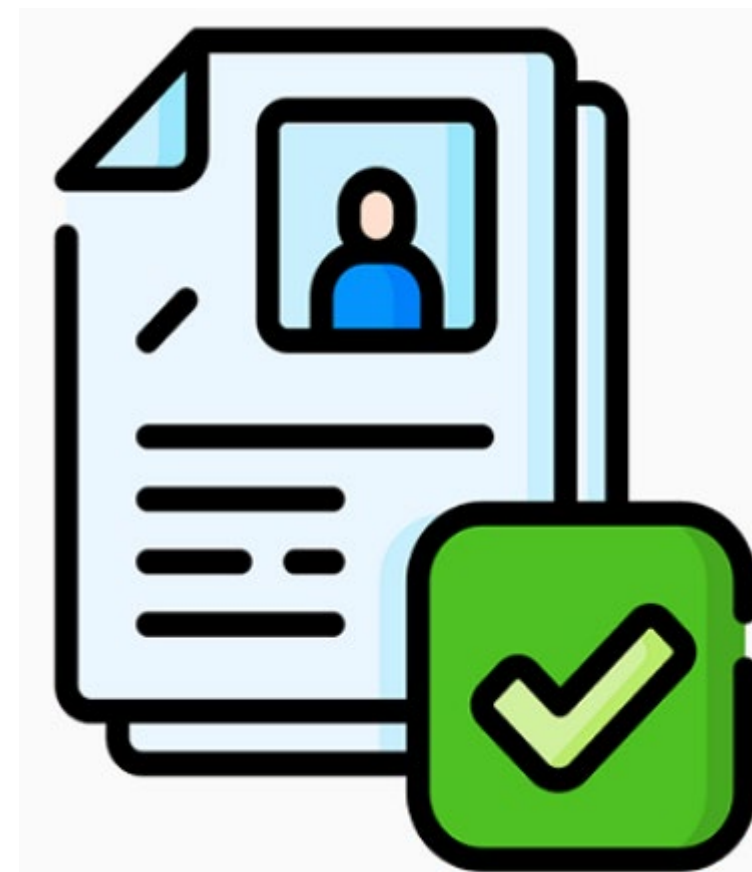

Boas Práticas

Identificação de Passageiros



Registro de Presença



Apresentação

Fábio Querino Gonçalves
Assistente Técnico do Gabinete da SUFIS
20 anos de experiência em fiscalização



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Objetivo

Definir a sistemática de identificação de passageiros no âmbito do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.



Base Legal



- Lei 6.206/75 – Carteira profissionais
- Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente
- Lei nº 8.906/94 – Carteira da OAB
- Lei 12.037/09 - identificação criminal do civilmente identificado
- Resolução 131/11 CNJ – Autorização de Viagem do Menor (Internacional)
- Lei 13.445/17 – Lei de migração
- Decreto 1.983/17 – Regulamenta os documentos de viagem

Base Legal



- Lei 13.726/18 – Lei da Desburocratização
- Resolução 295/19 CNJ – Autorização de Viagem do Menor (Nacional)
- Portaria SEPRT Nº 1065/19 – Carteira de trabalho digital
- Provimento 103/20 CNJ - Autorização Eletrônica de Viagem nacional e internacional de crianças e adolescentes
- Lei 14.129/21 – Governo Digital
- Decreto nº 10.977/22 – Registro de Identificação Civil – RIC
- Resolução ANTT 6.033/23 – Novo marco do transporte interestadual

Quando inicia a identificação do passageiro?

Art. 91. A autorizatária deverá manter Plano de Capacitação dos motoristas que, além dos cursos exigidos pela legislação de trânsito, deverá contemplar, no mínimo, as disposições regulamentares da ANTT sobre:

II - identificação de passageiros;

Art. 143. Deverão constar nos bilhetes de passagens, sem prejuízo de outras informações:

IV - identificação do passageiro:

- a) nome;
- b) número e tipo do documento de identificação oficial;
- c) número do CPF, se o possuir;



Identificação no BP-e

Art. 143. Deverão constar nos bilhetes de passagens, sem prejuízo de outras informações:

IV - identificação do passageiro:

a) nome;

b) número e tipo do documento de identificação oficial;

c) número do CPF, se o possuir;

Se o documento de identificação será igual o numero do CPF, ainda precisa preencher os dois campos no BP-e?

Sim, neste caso os dois campos possuirão a mesma informação.



Identificação nos benefícios

Art. 151. Para obtenção do bilhete de passagem, o beneficiário ou seu representante deverá apresentar, no momento da solicitação, documento de identificação oficial com foto, número do CPF e documento válido de comprovação da condição para o benefício.



Identificação no embarque

Art. 169. A identificação do passageiro que constar no bilhete de passagem deverá ser observada no momento do embarque.

§ 1º A identificação de passageiros de nacionalidade brasileira deverá ser atestada por documento oficial com foto.

§ 2º No caso de crianças com menos de 12 (doze) anos, poderá ser apresentada a Certidão de Nascimento em substituição ao documento oficial com foto.



Documentos de identificação

0 até 11 anos

Certidão de nascimento ou documento oficial com foto

12 a 18 anos

Documento oficial com foto

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME
MATRÍCULA
999999 99 99 9999 9 99999 999 9999999 99

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO: _____ DIA _____ MÊS _____ ANO _____
HORA _____ MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: _____
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO: _____ LOCAL DE NASCIMENTO: _____ SEXO: _____
FILIAÇÃO: _____
AVÓS: _____
GÊMEOS: NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S): _____
DATA DO REGISTRO POR EXTENSO: _____ NÚMERO DA DECLARAÇÃO DE NASCIDO VIVO: _____
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES: _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTC / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

1983 a 2018

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
SPTC / DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

2019 a 2022

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DE HABILITAÇÃO
DETRAN - PR

1993 a 06/22

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Unidade da Federação
Secretaria de Segurança da Unidade da Federação

2023 em diante

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Unidade da Federação
Secretaria de Segurança da Unidade da Federação

2023 em diante

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

06/2022 em diante

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVING LICENCE / PERMIS DE CONDUIRE

DE
STRES

Lei 14.129/21 – Governo Digital

Art. 28. Fica estabelecido o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número suficiente para identificação do cidadão ou da pessoa jurídica, conforme o caso, nos bancos de dados de serviços públicos, garantida a gratuidade da inscrição e das alterações nesses cadastros.

§ 1º O número de inscrição no CPF deverá constar dos cadastros e dos documentos de órgãos públicos, do registro civil de pessoas naturais, dos documentos de identificação de conselhos profissionais e, especialmente, dos seguintes cadastros e documentos:

I - Certidão de nascimento;

II - Certidão de casamento;

III - Certidão de óbito;

IV - Documento Nacional de Identificação (DNI);

V - Número de Identificação do Trabalhador (NIT);

VI - registro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

VII - Cartão Nacional de Saúde;

VIII - Título de eleitor;

IX - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

X - Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou Permissão para Dirigir;

XI - Certificado militar;

XII - Carteira profissional expedida pelos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada;

XIII - Passaporte;

XIV - Carteiras de identidade de que trata a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983; e

XV - Outros certificados de registro e números de inscrição existentes em bases de dados públicas federais, estaduais, distritais e municipais.



Carteira de trabalho

PORTARIA SEPRT Nº 1065 DE 23/09/2019

Art. 2º Parágrafo único. A Carteira de Trabalho Digital terá como identificação única o número de inscrição do trabalhador no CPF.



Secretaria Especial de Previdência e Trabalho

CPF passa a ser a nova identidade?

Dec. 10.977/22 Art. 3º A Carteira de Identidade adota o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como registro geral nacional

Para os passageiros que ainda possuem o RG ou Carteira de Motorista como documento de identificação, o número destes documentos continuam como o nº do documento de identificação.

Para os passageiros que receberam o Registro de Identificação Civil – RIC, o número do documento de identificação será esse, que no caso é igual ao número do CPF.

Importante salientar que o RIC não substitui o CPF ou vice versa, estes continuam sendo documento independentes mas com a mesma numeração.



Decreto 10.977 de 23 de fevereiro de 2022

Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Art. 3º A Carteira de Identidade adota o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como registro geral nacional



Carteira de Identidade Nacional - CIN

Figura 1 - Imagem do anverso e do reverso da Carteira de Identidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Unidade da Federação
Secretaria de Segurança da Unidade da Federação

Nome / Name
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO

Nome Social / Social Name
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO

Registro Geral-CPF / Personal Number
000.000.000-00

Sexo / Sex
NONONO

Data de Nascimento / Date of Birth
DD / MM / AAAA

Nacionalidade / Nationality
NONONONONONONONO

Naturalidade / Place of Birth
NONONONONONONONONO

Data de Validade / Date of Expiry
DD / MM / AAAA

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

Filiação / Filiation
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO
NONONONONO NONONONONONONONONONONONONONONO

Órgão Expedidor / Card Issuer
NO
NONONONONONONONONONONONONONONONONONONO

Local / Place of Issue
NONONONONONONO / NO

Data de Emissão / Issue Date
DD / MM / AAAA

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

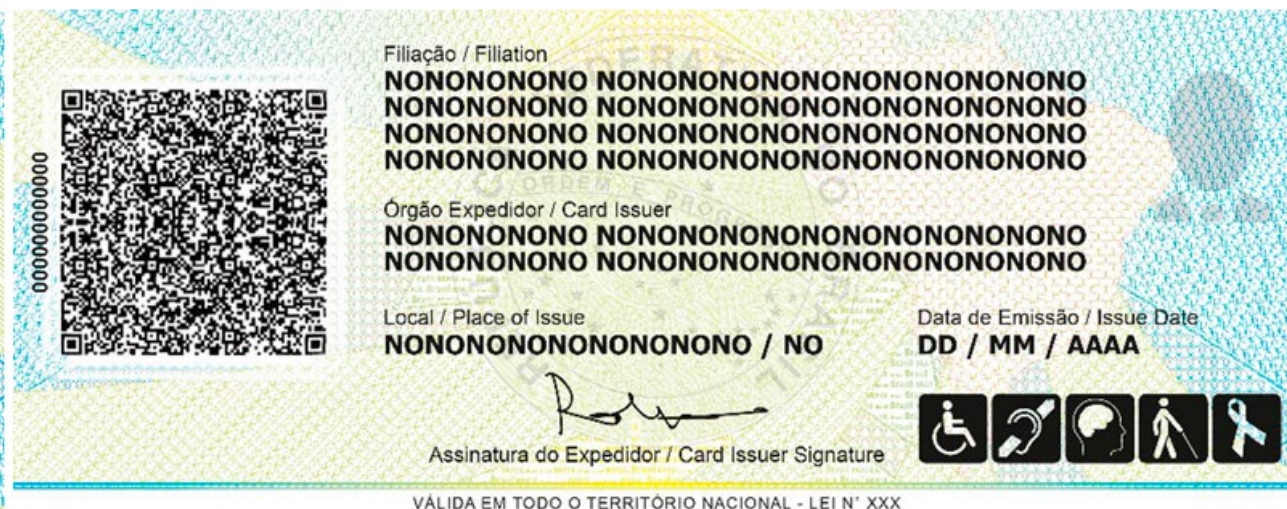


Carteira de Identidade Nacional - CIN

Figura 1 - Imagem do anverso da Carteira de Identidade com todos os elementos visíveis e variáveis



Figura 2 - Imagem do reverso da Carteira de Identidade com todos os elementos visíveis e variáveis



NON1B5634007890<<<<<<<<<<<<<<<
4368IC5634001110<<<<<<<<<<<<<<<<
NONO<<NONONO<NONON<<<<<<<<<<





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO FEDERAL

Unidade da Federação
Secretaria de Segurança da Unidade da Federação

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Nome / Name
NONONONONO

Nome Social / Social Name
NONONONONO

Registro Geral - CPF / Personal Number
000.000.000-00

Data de Nascimento / Date of Birth
DD / MM / AAAA

Naturalidade / Place of Birth
NONONONO

Sexo / Sex
NONONO

Nacionalidade / Nationality
NONONO

Data de Validade / Date of Expiry
DD / MM / AAAA


Assinatura do Titular / Cardholder's Signature

| | | |
|--|--|---|
|  | Filiação / Filiation NONONONONO NONONONONO |  |
| | Órgão Expedidor / Card Issuer NONONONONO | |
| | Local / Place of Issue NONONONONONONONO / NO | |
| | Data de Emissão / Issue Date DD / MM / AAAA | |
| Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature  | | |
|  | | |

```
NON1B5634007890<<<<<<<<<<<<<<
4368IC5634001110<<<<<<<<<<<<<<
NONO<<NONONO<NONON<<<<<<<<<<
```

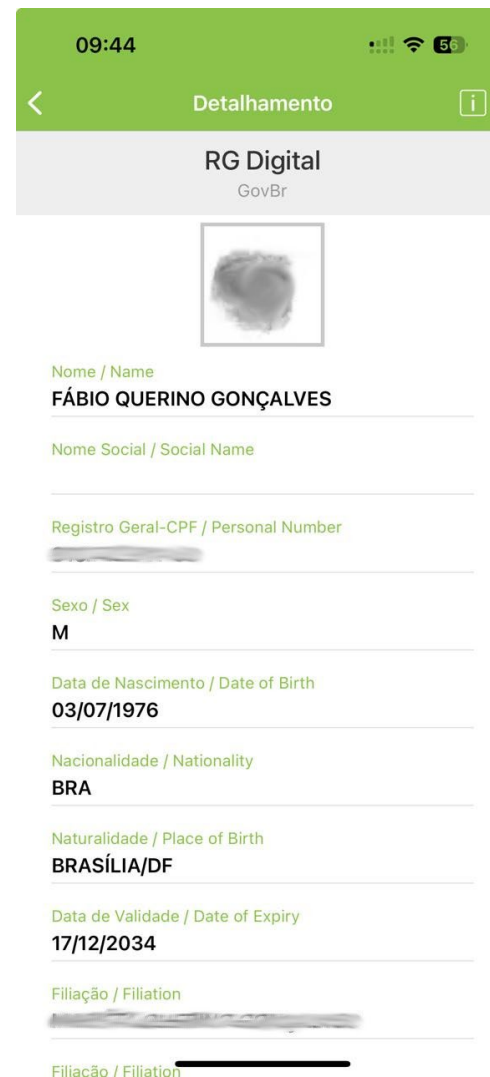


Informações pessoais

[illegible]

**AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

Como validar



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Carteira de Identidade Digital



RG Digital ES
RG Digital Espírito Santo
VALID Certificadora Digital
5,0 ★



RG Digital MG
RG Digital - Minas Gerais
VALID Certificadora Digital
4,9 ★



ID Piauí
ETIPI
4,9 ★



Identidade Digital RJ
PRODERJ - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2,5 ★



RG Nacional GO
RG Nacional GO
Estado de Goiás
4,8 ★



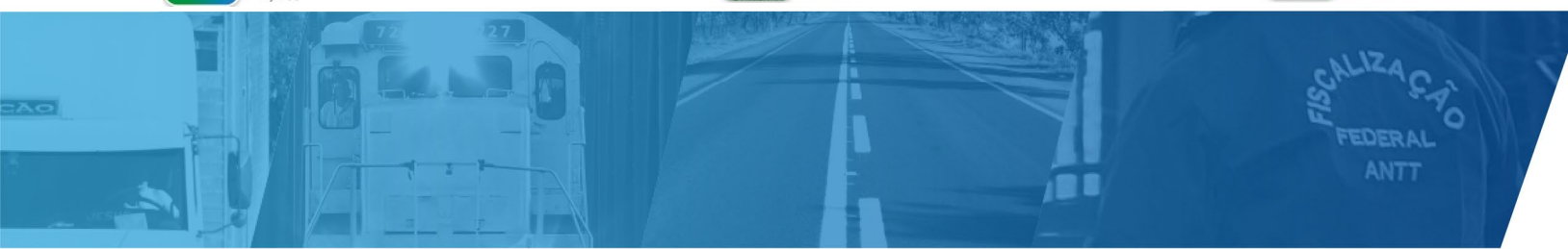
RG Digital SP
RG Digital São Paulo
Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt
4,9 ★



ID Maranhão
Supervisão de Informática SSP-MA
4,7 ★



RG Digital AL
ITEC / AL
2,0 ★



Validade da CIN

Art. 15. O prazo de validade da Carteira de Identidade será estabelecido de acordo com a idade do titular no momento da expedição do documento.

Parágrafo único. A Carteira de Identidade terá validade:

- I - de cinco anos, para pessoas com idade de zero a onze anos;
- II - de dez anos, para pessoas com idade de doze anos completos a cinquenta e nove anos; e
- III - indeterminada, para pessoas com idade a partir de sessenta anos.

Art. 16. A Carteira de Identidade poderá ter a validade negada em razão de:

- I - alteração dos dados nela contidos, quanto ao ponto específico;
- II - existência de danos no meio físico que comprometam a verificação da sua autenticidade;
- III - alteração de características físicas do titular que suscitem dúvidas fundadas sobre a sua identidade; ou
- IV - mudança significativa no gesto gráfico da sua assinatura.

Parágrafo único. A validade da Carteira de Identidade não poderá ser negada com fundamento no disposto nos incisos III e IV do caput quando o titular for pessoa enferma ou tiver idade a partir de sessenta anos.



Validade da CIN



Negar Validade da CIN

ALTERAÇÃO

NOS DADOS

DANOS QUE IMPEÇAM A IDENTIFICAÇÃO

NAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

NA ASSINATURA

A validade da Carteira de Identidade não poderá ser negada quando o titular for pessoa enferma ou tiver idade a partir de sessenta anos.



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Viagem nacional do menor

Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Resolução CNJ 295/2019 – Autorização de viagens nacionais

Resolução ANTT 6.033/23 – Novo marco regulatório



Resolução ANTT 6.033/23 Identificação do menor

Art. 171. A viagem de crianças e adolescentes deverá seguir as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, no que couber, da Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

Parágrafo único. O disposto no caput **não se aplica à criança ou ao adolescente estrangeiro.**



Definição de menor

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até **doze anos de idade incompletos**, e adolescente aquela entre **doze e dezoito anos de idade**.

0 ANOS CRIANÇA 11 ANOS

12 ANOS ADOLESCENTE 17 ANOS

18 ANOS ADULTO 59 ANOS

60 ANOS IDOSO



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Lei 8.069/90 Identificação do menor

Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

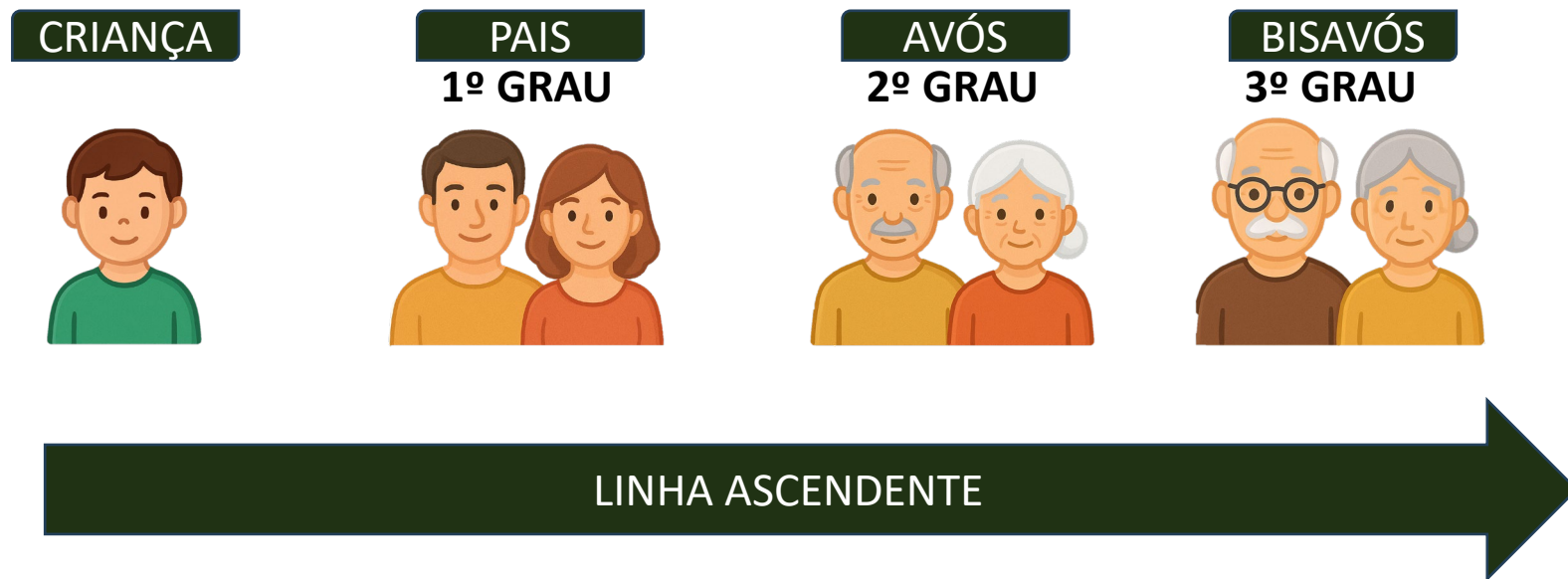
§ 1º A autorização não será exigida quando:

- a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 (dezesseis) anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- b) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado:
 - 1) de **ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau**, comprovado documentalmente o parentesco;
 - 2) de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

§ 2º A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.

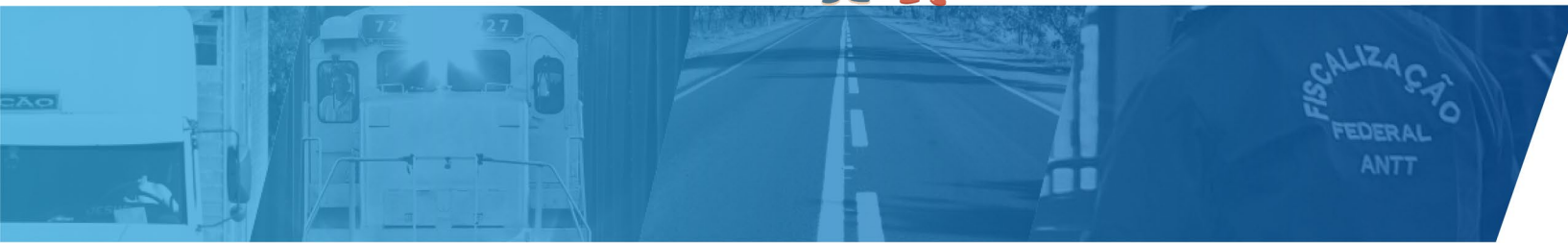
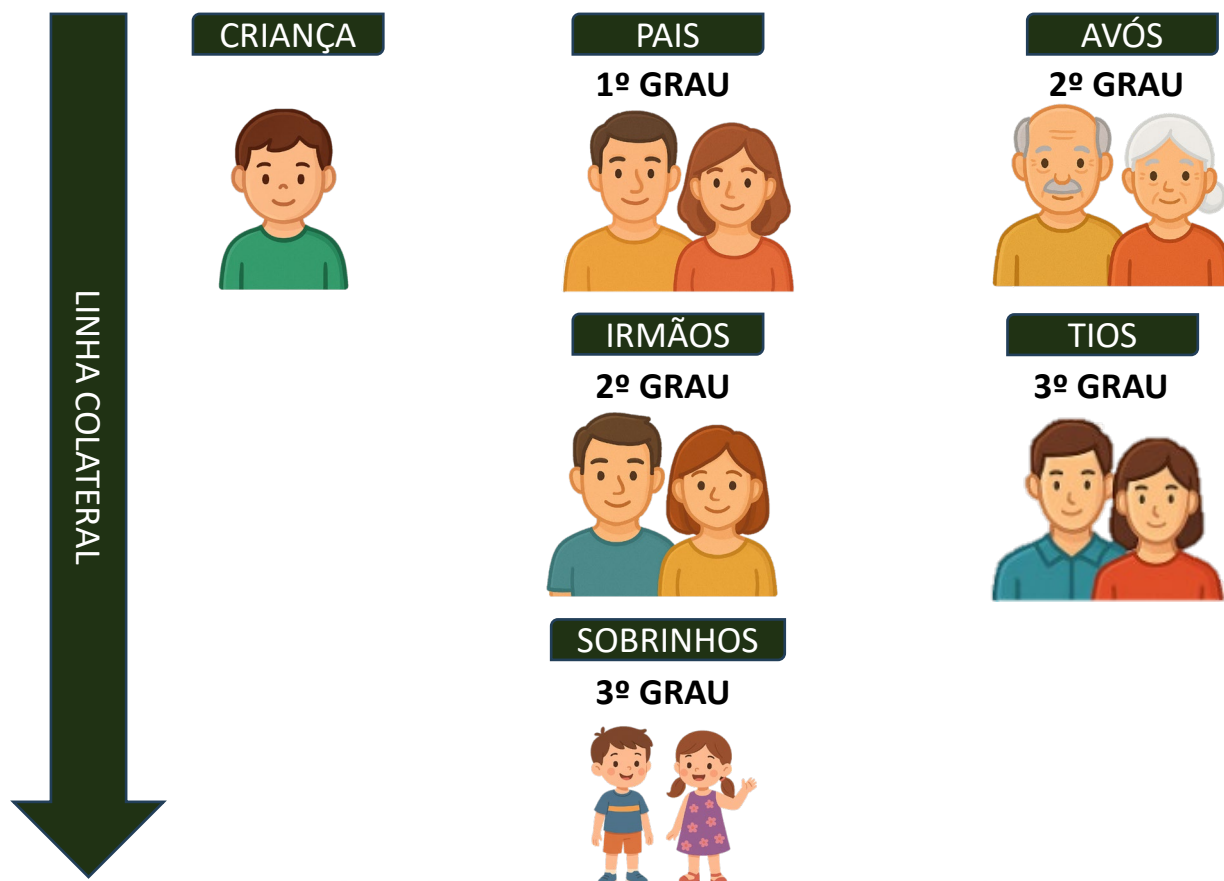


Ascendente até o terceiro grau

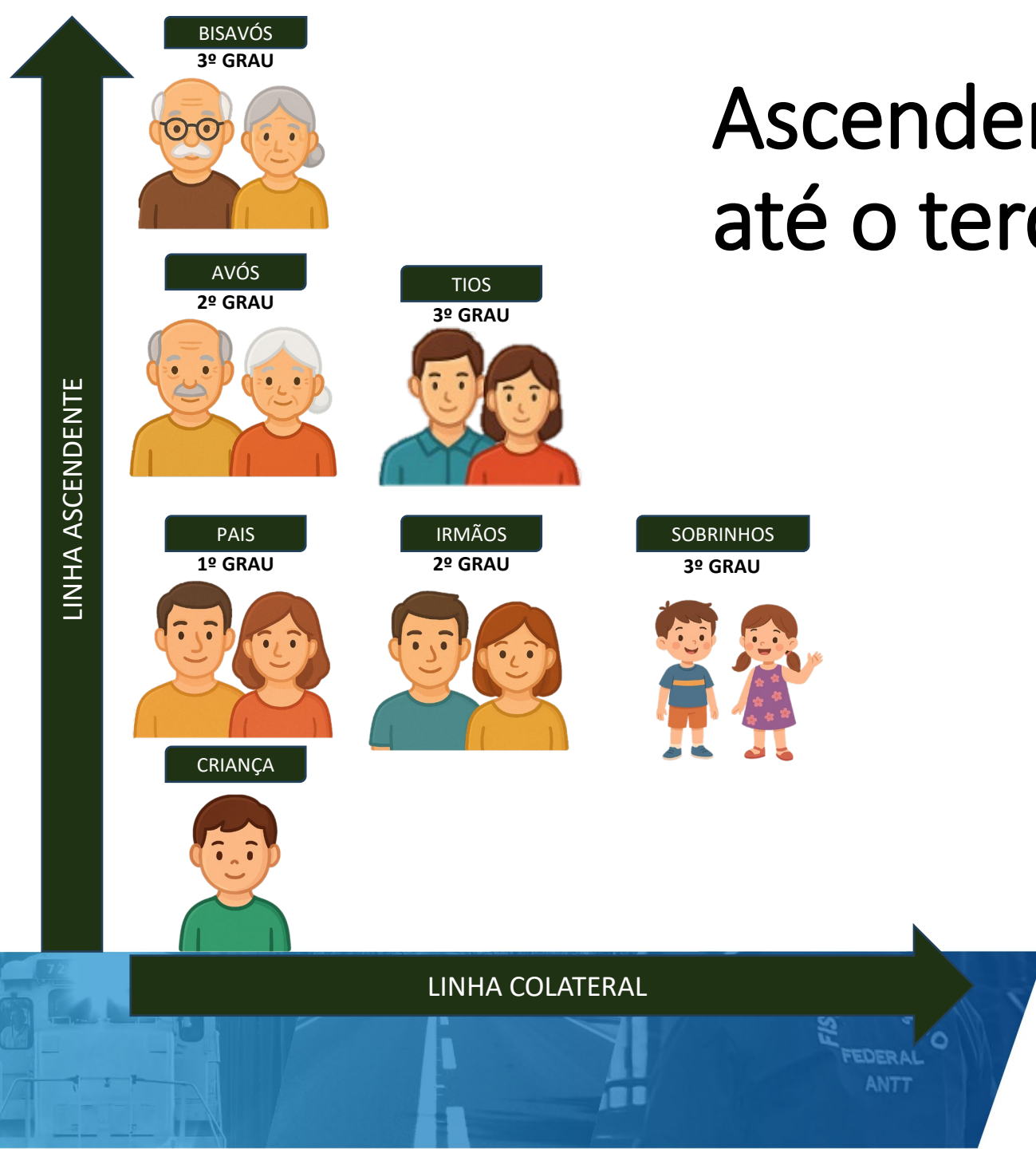


AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Colateral até o terceiro grau



Ascendente ou colateral até o terceiro grau



Comprovação de veículo familiar

RG
PAI
MÃE

CN
PAI
MÃE
AVÔ MATERNO
AVÓ MATERNA
AVÔ PATERNO
AVÓ PATERNA

CRIANÇA



PAIS



IRMÃOS



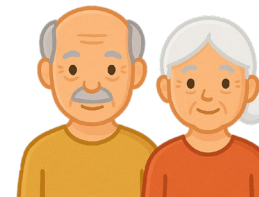
TIOS



SOBRINHOS



AVÓS

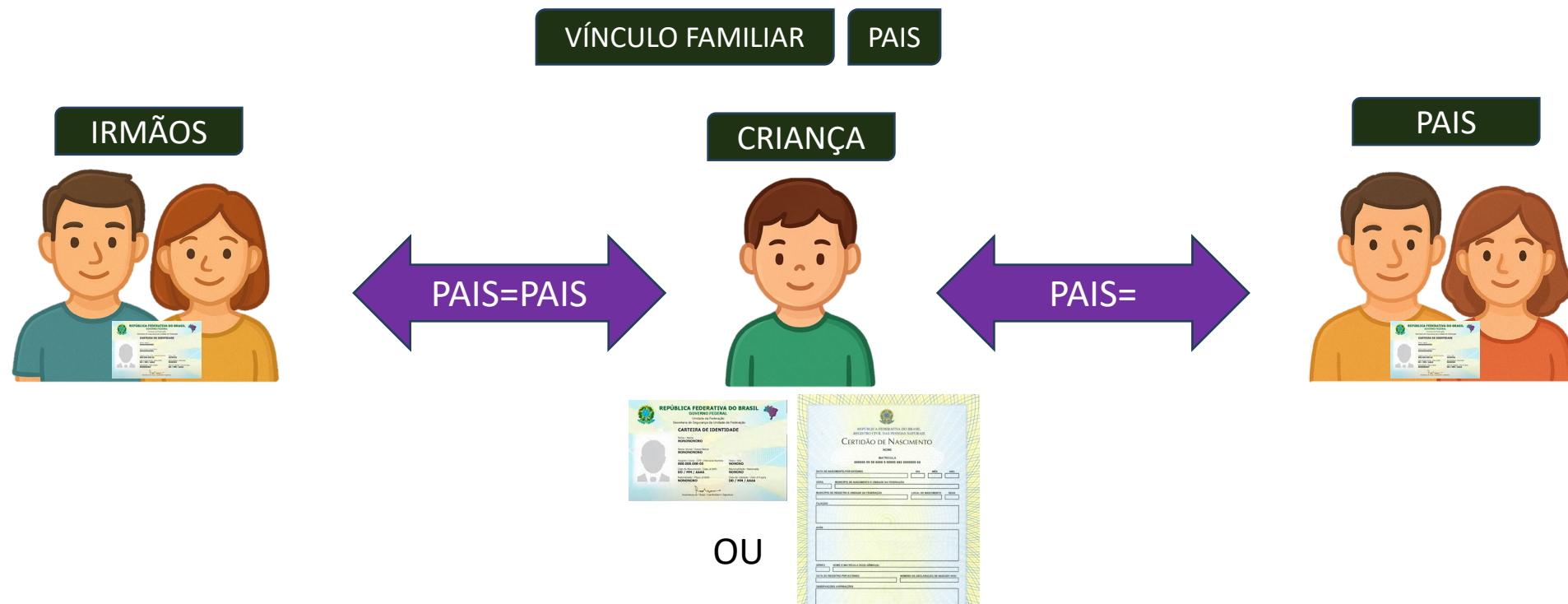


BISAVÓS

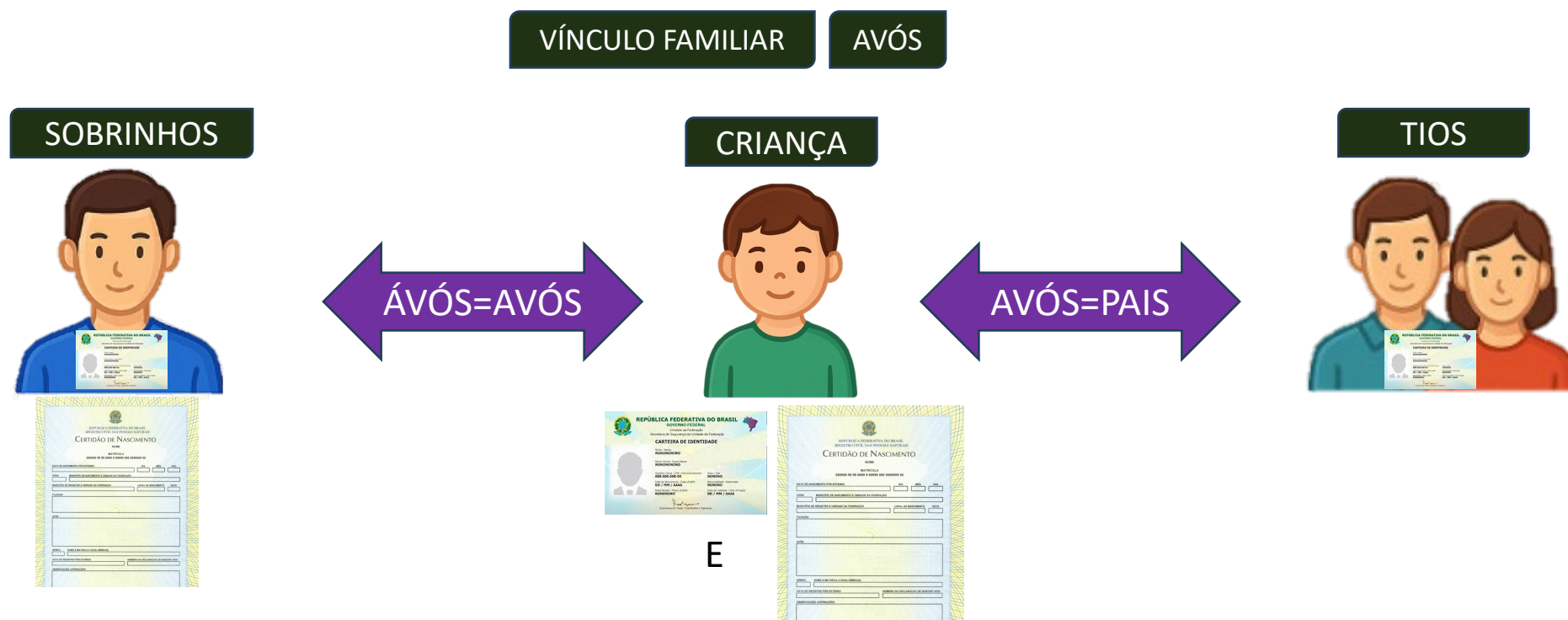


AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

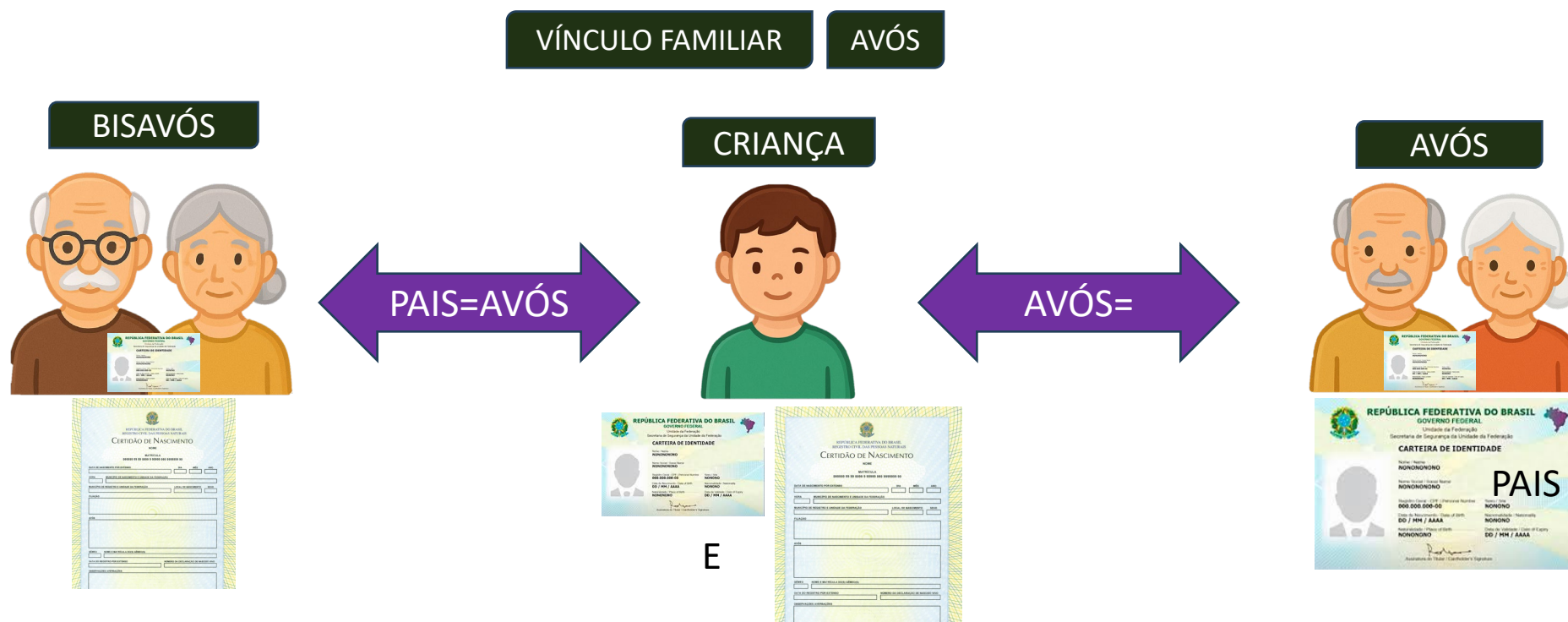
Pais e irmãos



Tios e sobrinhos



Avós e Bisavós



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Lei 8.069/90 Autorização para viajar

Art. 84. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

- I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;
- II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

Art. 85. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.



Resolução 295 CNJ

0 até 15 anos não pode viajar desacompanhada ou sem expressa autorização judicial

A partir de 16 anos pode viajar desacompanhada

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL

PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES – Res.: /2019- CNJ Válida até ____/____/20____.

Eu, _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____ CPF nº _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,

na qualidade de (...) MÃE (...) PAI (...) TUTOR(A) (...) GUARDIÃ(O)

AUTORIZO a circular livremente, dentro do território nacional,

nascida(o) em ____/____/____,

natural de _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____

CPF no _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

DESDE QUE ACOMPANHADA(O) DE

Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____

CPF nº _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,

Local/Data: _____, de _____ de 20____.

Assinatura: _____

(assinatura de mãe, ou pai, ou responsável legal)

(Reconhecer firmas por semelhança ou autenticidade)

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL

PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES – Res. Nº 295/2019 - CNJ
Válida até ____/____/20____.

Eu, _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____ CPF nº _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,

na qualidade de (...) MÃE (...) PAI (...) TUTOR(A) (...) GUARDIÃ(O)

AUTORIZO a circular livremente, dentro do território nacional, desacompanhada(o)

nascida(o) em ____/____/____, natural de _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____ CPF nº _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Local/Data: _____, de _____ de 20____.

Assinatura: _____

(assinatura de mãe, ou pai, ou responsável legal)

(Reconhecer firmas por semelhança ou autenticidade)



Autorização de Viagem Nacional Acompanhada

RESPONSÁVEL LEGAL

Nome

Identidade

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

CPF

Endereço de domicilio

Cidade/UF

Telefone de contato
Qualidade (Mãe, pai, tutor ou
guardião)

CRIANÇA OU ADOLESCENTE

Nome

Data de nascimento

Natural de

Identidade

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

CPF

Endereço de domicilio

Cidade/UF

ACOMPANHANTE

Nome

Identidade

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

CPF

Endereço de domicilio

Cidade/UF

INFORMAÇÕES GERAIS

Validade da autorização

Se não tiver será de 2 anos

Local/data

Assinatura

Registrada em cartório

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL

PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES – Res.: /2019- CNJ Válida até: ____/____/20____
Eu, _____
Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____, na data de
____/____/____ CPF nº _____
Endereço de domicilio _____
Cidade _____ UF: _____
Telefone de contato: (____) _____
na qualidade de (____) MÃE (____) PAI (____) TUTOR(A) (____) GUARDIÃO(O)

AUTORIZO a circular livremente, dentro do território nacional,
nascido(a) em ____/____/____
natural de _____
Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____, na data de
____/____/____
CPF nº _____
Endereço de domicilio _____
Cidade _____ UF: _____

DESDE QUE ACOMPANHADA(O) DE _____
Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____, na data de
____/____/____
CPF nº _____
Endereço de domicilio _____
Cidade _____ UF: _____
Telefone de contato: (____) _____
Local/Data: _____ de _____ de
20____
Assinatura: _____

(assinatura de mãe, ou pai, ou responsável legal)
(Reconhecer firmas por semelhança ou autenticidade)



Autorização de Viagem Nacional Desacompanhada

RESPONSÁVEL LEGAL

Nome

Identidade

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

Nº CPF

Endereço de domicilio

Cidade/UF

Telefone de contato
Qualidade (Mãe, pai, tutor ou
guardião)

CRIANÇA OU ADOLESCENTE

Nome

Data de nascimento

Natural de

Identidade

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

CPF

Endereço de domicilio

Cidade/UF

INFORMAÇÕES GERAIS

Validade da autorização

Se não tiver será de 2 anos

Local/data

Assinatura (1 ou 2)

Registrada em cartório

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL

PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES - Res. Nº 295/2019 - CNJ

Válida até ____/____/20____.

Eu, _____

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de
____/____/____ CPF no _____

Endereço de domicilio _____
Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,
na qualidade de (...) MÃE (...) PAI (...) TUTOR(A) (...) GUARDIÃO(O)

**AUTORIZO a circular livremente, dentro do território nacional,
desacompanhada(o)**

nascida(o) em ____/____/____, natural de _____,
Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de
____/____/____ CPF no _____

Endereço de domicilio _____
Cidade _____ UF: _____

Local/Data: _____ de _____ de 20____.

Assinatura: _____

(assinatura de mãe, ou pai, ou responsável legal)

(Reconhecer firmas por semelhança ou autenticidade)



Resolução 295 CNJ

Por autenticidade: quando o autor da assinatura é identificado e assina na presença do Tabelião ou de seus prepostos.

Por semelhança: quando o autor não assina na presença do Tabelião ou de seus prepostos.

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL

PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES – Res.: /2019- CNJ Válida até ____/____/20____.

Eu, _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____ CPF nº _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,

na qualidade de (...) MÃE (...) PAI (...) TUTOR(A) (...) GUARDIÃ(O)

AUTORIZO a circular livremente, dentro do território nacional,

nascida(o) em ____/____/____,

natural de _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____

CPF no _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

DESDE QUE ACOMPANHADA(O) DE

Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____

CPF nº _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,

Local/Data: _____, de _____ de 20____.

Assinatura: _____

(assinatura de mãe, ou pai, ou responsável legal)

(Reconhecer firmas por semelhança ou autenticidade)

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL

PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES – Res. Nº 295/2019 - CNJ
Válida até ____/____/20____.

Eu, _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____ CPF no _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Telefone de contato: (____) _____,

na qualidade de (...) MÃE (...) PAI (...) TUTOR(A) (...) GUARDIÃ(O)

AUTORIZO a circular livremente, dentro do território nacional, desacompanhada(o)

nascida(o) em ____/____/____, natural de _____,

Cédula de Identidade no _____, expedida pela _____, na data de ____/____/____ CPF no _____

Endereço de domicílio _____

Cidade _____ UF: _____

Local/Data: _____, de _____ de 20____.

Assinatura: _____

(assinatura de mãe, ou pai, ou responsável legal)

(Reconhecer firmas por semelhança ou autenticidade)



Utilizar assinatura eletrônica ou Gov.br

De acordo com o relator do processo, conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, apesar da Lei 14.063/2020 disciplinar o uso de assinaturas eletrônicas entre órgãos públicos, a mesma **norma prevê que nessas interações deverão ser observados os requisitos de segurança estabelecidos pela própria lei e pelas normas específicas aplicáveis.**

Em relação às viagens de crianças e adolescentes desacompanhados de responsáveis legais “as normas específicas aplicáveis são o **ECA**, as **Resoluções do CNJ** e os **Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça**, que estabelecem expressamente a necessidade de **reconhecimento de firma por semelhança ou autenticidade**”, diz o trecho do voto.

Ainda segundo a decisão, as normas aplicáveis, que exigem o reconhecimento de firma junto a um cartório de notas, constituem medida que busca assegurar a autenticidade do consentimento dos pais ou responsáveis.

O entendimento da norma também visa garantir a segurança e o bem-estar de crianças e adolescentes, reduzindo a exposição a situações de risco, a exemplo do tráfico de pessoas ou órgãos, abuso ou exploração sexual infantil, além de outras práticas ilícitas.



Lei 13.726/18 – Lei da Desburocratização

rt. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, **é dispensada a exigência de:**

I - reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou **estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;**

II - autenticação de cópia de documento, **cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia,** atestar a autenticidade;

...

VI - apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor **se os pais estiverem presentes no embarque.**



Provimento 103 CNJ

Fica instituída a Autorização Eletrônica de Viagem – AEV, nacional e internacional, de crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos desacompanhados de ambos ou um de seus pais, a ser emitida, exclusivamente, por intermédio do Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, acessível por meio do link www.e-notariado.org.br.

Para a assinatura da Autorização Eletrônica de Viagem é imprescindível a realização de videoconferência notarial para confirmação da identidade e da autoria daquele que assina, a utilização da assinatura digital notarizada pelas partes e a assinatura do Tabelião de Notas com o uso do certificado digital, segundo a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP





AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM NACIONAL
PARA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES - RES.: 295/2019-CNJ

Válida de 29/5/2025
até 1/6/2025

Eu, ERNANI CARVALHO DA ROCHA, portador(a) do RG nº 11111111 expedido por SSP DF, data de expedição 10/8/2017, CPF nº 000000000, residente à Quadra 0000, nº 000, na cidade de BRASÍLIA, DF, Brasil - BR, tel. de contato: (0000) 0000-0000, na qualidade de **pai** e eu, SUELI MATOS MOREIRA DA ROCHA, portador(a) do RG nº 11111111 expedido por SSP DF, data de expedição 10/8/2017, CPF nº 000000000, residente à Quadra 0000, nº 000, na cidade de BRASÍLIA, DF, Brasil - BR, tel. de contato: (0000) 0000-0000, na qualidade de **mãe**, AUTORIZAMOS a circular livremente no período de 29/5/2025 a 1/6/2025, dentro do território nacional, PABLO HENRIQUE BORGES, nascido(a) em 29/1/2012, sexo masculino, natural de BRASÍLIA, DF, portador(a) do RG nº 44444444 expedido por SSP DF, data de expedição 9/7/2021, CPF nº 000000000, residente à Quadra 0000, nº 000, na cidade de BRASÍLIA, DF, Brasil - BR, desde que acompanhada(o) de SUELI MATOS MOREIRA DA ROCHA, sem responsabilidade legal, portador(a) do RG nº 11111111 expedido por SSP DF, data de expedição 18/11/2024, CPF nº 000000000, residente à Quadra QN 0000, nº 000, na cidade de BRASÍLIA, DF, Brasil - BR. O menor poderá ser hospedado em caso de emergência decorrente de atrasos, alterações ou cancelamentos de voos ou viagens, nos termos do art. 82 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Data de emissão: 29 de maio de 2025

CNJ



Autorização eletrônica de viagem emitida pelo CNS 21147 - 7º OFÍCIO DE NOTAS DE SAMAMBAIA - BRASÍLIA/DF, tabelião PABLO HENRIQUE BORGES, telefone (61) 3358-3891, conforme Provimento CNJ 103/2020.

Número do selo TJDFT20250120073153HETX

Assinado digitalmente por:
ERNANI CARVALHO DA ROCHA
CPF: 697.456.331-00
Certificado emitido por 7º Ofício de Notas de
Samambaia - DF
Data: 29/05/2025 13:00:55 -03:00



Número do selo TJDFT20250120073164QKAX

Assinado digitalmente por:
SUELI MATOS MOREIRA DA ROCHA
CPF: 700.695.141-00
Certificado emitido por 7º Ofício de Notas de
Samambaia - DF
Data: 29/05/2025 13:02:36 -03:00



Assinado digitalmente por:
PABLO HENRIQUE BORGES
CPF: 889.158.911-04
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 29/05/2025 13:03:55 -03:00



Código de validação:
QTS4



A autenticidade desse documento pode ser confirmada no endereço eletrônico <https://aev.e-notariado.org.br> ou pelo app AEV – Autorização de Viagens e-notariado, disponível nas lojas Google Play ou App Store.

14:21



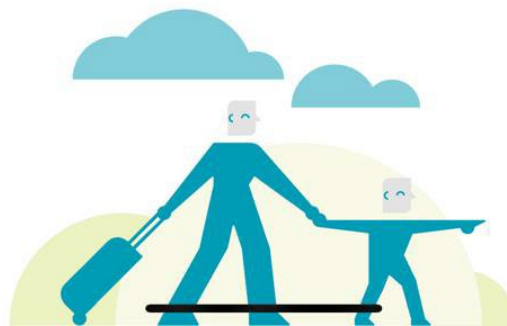
**Autorização
Eletrônica de
Viagem**



Ler QR code



Digitar Código



**AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES**

Passageiros estrangeiros em viagens nacionais

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017.

Institui a Lei de Migração.

CAPÍTULO II

DA SITUAÇÃO DOCUMENTAL DO MIGRANTE E DO VISITANTE

Seção I

Dos Documentos de Viagem



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Lei 13.445/17 Migrante ou visitante

Art. 5º São documentos de viagem:

- I - passaporte;
- II - laissez-passer;
- III - autorização de retorno;
- IV - salvo-conduto;
- V - carteira de identidade de marítimo;
- VI - carteira de matrícula consular;
- VII - documento de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratado;
- VIII - certificado de membro de tripulação de transporte aéreo; e
- IX - outros que vierem a ser reconhecidos pelo Estado brasileiro em regulamento.



Lei 13.445/17 Passaporte

O **Passaporte** é o documento de identificação pessoal e intransferível, exigível de todos os que pretendam realizar viagem internacional, salvo nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais.



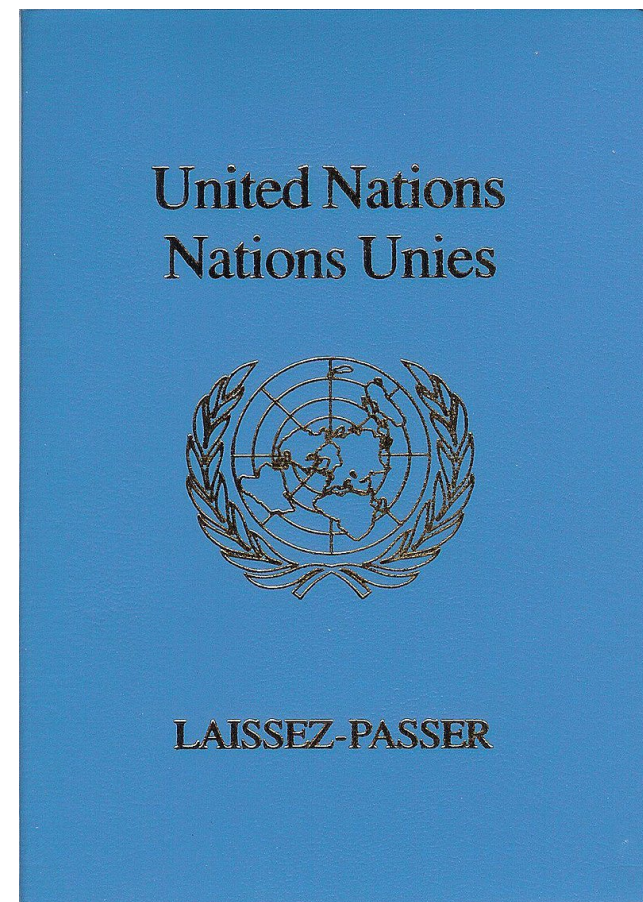
AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Laissez-Passer

Laissez-passer é um documento de viagem emitido por um governo ou organização internacional, que permite que um indivíduo viaje, especialmente quando não possui passaporte tradicional.

Em português, a expressão significa "deixe passar" ou "deixar passar".

Este documento é utilizado por funcionários de organizações internacionais, como a ONU, ou por pessoas que, por alguma razão, não têm passaporte válido.



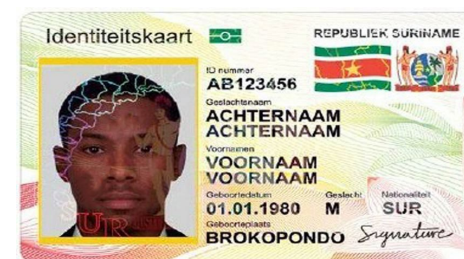
Identidade Civil Estrangeira

A cédula de identidade civil expedida pelos órgãos oficiais competentes substitui o passaporte comum nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais.



Identidade Civil Estrangeira

Argentina,
Bolívia,
Brasil,
Chile,
Colômbia,
Equador,
Guiana,
Paraguai,
Peru,
Suriname,
Uruguai e
Venezuela.



CNH, OAB, CRM, Certidão etc serão **negados** para ingresso em países do Mercosul, seja qual for o motivo da viagem



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Decreto 1.983/17

Institui, no âmbito do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e da Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores, o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP), e **aprova o Regulamento de Documentos de Viagem.**



Transporte Internacional Identificação de Brasileiro

Anexo - Art. 1º Para efeito deste Regulamento, consideram-se documentos de viagem:

- I - passaporte;
- II - laissez-passer;
- III - autorização de retorno ao Brasil;
- IV - salvo-conduto;
- V - cédula de identidade civil ou documento estrangeiro equivalente, quando admitidos em tratados, acordos e outros atos internacionais;
- VI - certificado de membro de tripulação de transporte aéreo;
- VII - carteira de marítimo; e
- VIII - carteira de matrícula consular.



Decreto 1.983/17 Identificação do brasileiro

Passaporte é o documento de identificação pessoal e intransferível, de propriedade da União, exigível de todos os que pretendam realizar viagem internacional, salvo nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais.

Os passaportes brasileiros classificam-se nas categorias:

- I - diplomático;
- II - oficial;
- III - comum;
- IV - para estrangeiro; e
- V - de emergência.



Decreto 1.983/17 Identificação do brasileiro

A **autorização de retorno ao Brasil** é o documento de viagem, de propriedade da União, expedido pelas missões diplomáticas ou repartições consulares àquele que, para regressar ao território nacional, não preencha os requisitos para a obtenção de passaporte ou de laissez-passer.

The image shows a sample of the 'Autorização de Retorno ao Brasil' document. At the top, it features the Brazilian coat of arms, the word 'BRASIL', and 'REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL'. Below this, it identifies the 'CONSULADO-GERAL DO BRASIL EM NOVA YORK' (Consulate General of Brazil in New York). The title 'AUTORIZAÇÃO DE RETORNO AO BRASIL' is followed by its English translation. A statement in both Portuguese and English confirms the bearer's authorization to return to Brazil. A signature line is provided with the instruction 'Sua assinatura vai aqui'. A box on the right is for 'Para uso das autoridades brasileiras' (For Brazilian authorities), specifically for cases of 'DOCUMENTO CONCEDIDO EM RAZÃO DE FURTO/EXTRAVIO DE PASSAPORTE'. The bottom section, labeled 'ARB', contains fields for 'Sua Foto' (Your Photo) and 'Seus dados' (Your data), including fields for name, nationality, date of birth, date of issue, date of expiry, and the issuing authority (C.G. NOVA YORK). A barcode and the alphanumeric code 'P<BRA' are at the bottom.



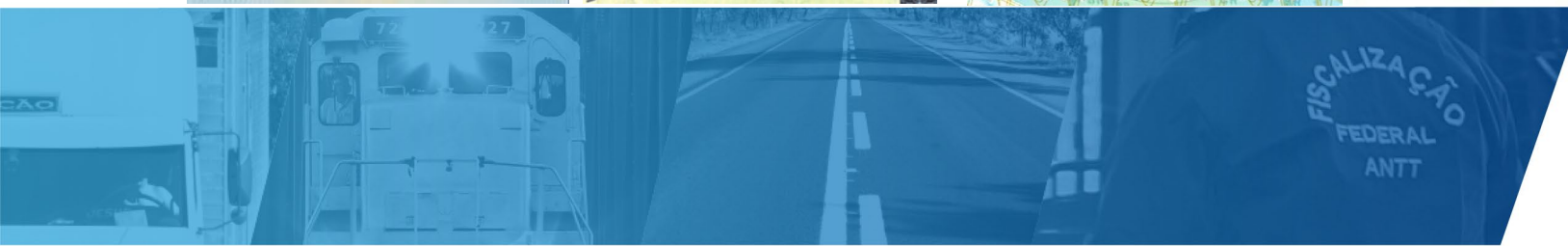
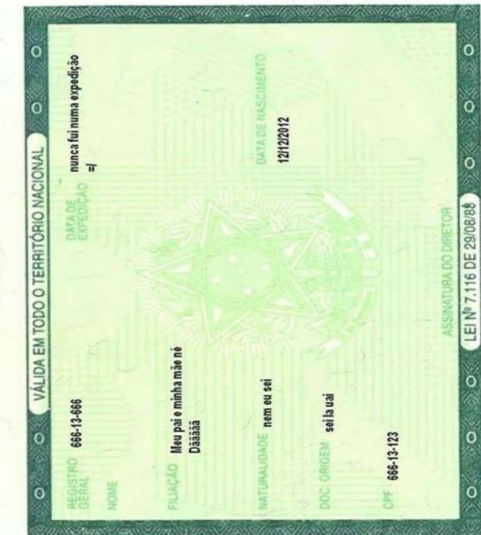
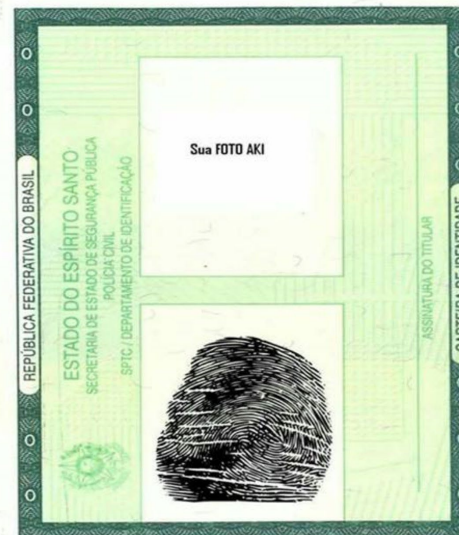
Decreto 1.983/17 Identificação do brasileiro

O **salvo-conduto** é o documento de viagem, de propriedade da União, expedido pelo Ministério da Justiça, destinado a permitir a saída do território nacional de todo aquele que obtenha asilo diplomático concedido por governo estrangeiro.



Decreto 1.983/17 Identificação do brasileiro

A **cédula de identidade civil** expedida pelos órgãos oficiais competentes substitui o passaporte comum nos **casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais**.



Decreto 1.983/17 Identificação do brasileiro

O **certificado de membro de tripulação de transporte aéreo** e a **carteira de marítimo** **poderão** substituir o passaporte comum para efeito de desembarque e embarque no território nacional, nos casos previstos em tratados, acordos e outros atos internacionais.



Decreto 1.983/17 Identificação do brasileiro

A **carteira de matrícula consular** é o documento, de propriedade da União, concedido pelas missões diplomáticas ou repartições consulares a todo cidadão brasileiro domiciliado em sua jurisdição.



Viagem internacional do menor

Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Resolução CNJ 131/2011 – Autorização de viagens internacionais



Resolução 131 CNJ

É dispensável autorização judicial para que crianças ou **adolescentes brasileiros residentes no Brasil** viajem ao exterior, nas seguintes situações:

- I) em companhia de ambos os genitores;
- II) em companhia de um dos genitores, desde que haja autorização do outro, com firma reconhecida;
- III) desacompanhado ou em companhia de terceiros maiores e capazes, designados pelos genitores, desde que haja autorização de ambos os pais, com firma reconhecida.



Resolução 131 CNJ

<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/cooperacao-internacional/subtracao-internacional/formularios>



FORMULÁRIO PADRÃO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM INTERNACIONAL PARA MENORES RESOLUÇÃO 131/2011-CNJ

(Válida até ____/____/202__)

Eu _____,
portador(a) da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____,
expedido(a) pela _____, expedido(a) em ____/____/____,
residente _____
_____ na cidade de _____ UF: _____
tel. de contato(____) _____, na qualidade de ____PAI ____MÃE ____TUTOR(A)
____GUARDIÃ(O) e _____,
portador(a) da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____,
expedido(a) pela _____, expedido(a) em ____/____/____,
residente à _____
_____ na cidade de _____ UF: _____
tel. De contato(____) _____, na qualidade de (____)PAI (____)MÃE (____)TUTOR(A)
(____)GUARDIÃ(O), AUTORIZO(AMOS) que o(a) menor _____
_____, nascido(a) em ____/____/____,
sexo: ____masc. ____fem., natural de _____,
Passaporte/Identidade nº _____, expedida pela
_____, em ____/____/____, VIAJE PARA O EXTERIOR
NA COMPANHIA DE _____,
Passaporte/Identidade nº _____, expedido(a) pela _____
_____, em ____/____/____, residente _____

na cidade de _____ UF: _____

Observação: Salvo se expressamente consignado, este documento não constitui
autorização para fixação de residência permanente no exterior.

Local/Data: _____, de _____ de 202__

Assinatura(s): 1) _____
2) _____



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Aut. de Viagem Int. Acompanhada/desacompanhada

RESPONSÁVEL LEGAL 1

Nome

Identidade/Passaporte

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

Endereço de domicilio

Cidade/UF

Telefone de contato
Qualidade (Mãe, pai, tutor ou
guardião)

RESPONSÁVEL LEGAL 2

Nome

Identidade/Passaporte

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

Endereço de domicilio

Cidade/UF

Telefone de contato
Qualidade (Mãe, pai, tutor ou
guardião)

CRIANÇA OU ADOLESCENTE

Nome

Data de nascimento

Sexo (Masc e Fem)

Natural de

Identidade/Passaporte

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

ACOMPANHANTE

Nome

Identidade/Passaporte

- Numero
- órgão expedidor
- Data de expedição

Endereço de domicilio

Cidade/UF

INFORMAÇÕES GERAIS

Validade da autorização

Se não tiver será de 2 anos

Local/data

Assinatura de ambos os pais

Registrada em cartório



FORMULÁRIO PADRÃO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM INTERNACIONAL
PARA MENORES – RES. 131/2011-CNJ
(Válida até ____/____/20____) (NÃO EXCEDER DOIS AN

Eu IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PAI DO MENOR CONSTANDO NACIONALIDADE E ESTADO CIVIL

NÚMERO DA IDENTIDADE OU PASSAPORTE DO PAI DO MENOR
portador(a) da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____, expedida(o) pela
ORGÃO EMISSOR (SSP DOS ESTADOS OU DPF) DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, data de expedição: ____/____/____, residente à _____

ENDEREÇO COMPLETO DO PAI DO MENOR CONSTANDO: _____, na cidade de _____

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ESTADO TELEFONE PARA CONTATO DO PAI DO MENOR
_____, UF: _____, tel. de contato: (____) _____, na
qualidade de ASSINALAR PAI MÃE TUTOR(A) GUARDIÃ(O) e

da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____, expedida(o) pela _____, data
de expedição: ____/____/____, residente à _____, na cidade de _____

_____, UF: _____, tel. de contato: (____) _____, na qualidade de PAI
MÃE TUTOR(A) GUARDIÃ(O), AUTORIZO(AMOS) que o(a) menor
IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO MENOR

nascido(a) em _____

DATA DE NASCIMENTO DO MENOR SEXO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO DO MENOR
_____, sexo: masc. fem., natural de _____

NÚMERO DO PASSAPORTE OU DA IDENTIDADE DO MENOR
Passaporte/Identidade nº _____ expedido(a) pela
ORGÃO EMISSOR DO DOCUMENTO (SSP DOS ESTADOS OU DPF) E A DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, em ____/____/____, viaje com destino ao exterior, na companhia
de IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA MÃE DO MENOR CONSTANDO NACIONALIDADE E ESTADO CIVIL

NÚMERO DA IDENTIDADE OU PASSAPORTE DA MÃE DO MENOR
portador(a) do Passaporte/Identidade nº _____, expedido(a) pela
ORGÃO EMISSOR DO DOCUMENTO (SSP DOS ESTADOS OU DPF) E A DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, em ____/____/____, viaje com destino ao exterior, na companhia
de IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA MÃE DO MENOR CONSTANDO: _____, na cidade de _____

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA DA MÃE DO MI
_____, UF: _____

Observação: Salvo se expressamente consignado, este documento não constitui autorização para
fixação de residência permanente no exterior.

Local/Data: _____ de _____ de 20____.

Assinatura(s): 1) ASSINATURA DO PAI DO MENOR (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)
2) _____

FORMULÁRIO PADRÃO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM INTERNACIONAL
PARA MENORES – RES. 131/2011-CNJ
(Válida até ____/____/20____) (NÃO EXCEDER DOIS AN

Eu IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PAI DO MENOR CONSTANDO NACIONALIDADE E ESTADO CIVIL

NÚMERO DA IDENTIDADE OU PASSAPORTE DO PAI DO MENOR
portador(a) da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____, expedida(o) pela
ORGÃO EMISSOR (SSP DOS ESTADOS OU DPF) DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, data de expedição: ____/____/____, residente à _____

ENDEREÇO COMPLETO DO PAI DO MENOR CONSTANDO: _____, na cidade de _____

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ESTADO TELEFONE PARA CONTATO DO PAI DO MENOR
_____, UF: _____, tel. de contato: (____) _____, na
qualidade de ASSINALAR PAI MÃE TUTOR(A) GUARDIÃ(O) e

da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____, expedida(o) pela _____, data
de expedição: ____/____/____, residente à _____, na cidade de _____

_____, UF: _____, tel. de contato: (____) _____, na qualidade de PAI
MÃE TUTOR(A) GUARDIÃ(O), AUTORIZO(AMOS) que o(a) menor
IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO MENOR

nascido(a) em _____

DATA DE NASCIMENTO DO MENOR SEXO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO DO MENOR
_____, sexo: masc. fem., natural de _____

NÚMERO DO PASSAPORTE OU DA IDENTIDADE DO MENOR
Passaporte/Identidade nº _____ expedido(a) pela
ORGÃO EMISSOR DO DOCUMENTO (SSP DOS ESTADOS OU DPF) E A DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, em ____/____/____, viaje com destino ao exterior, na companhia
de DESACOMPANHADO (CONFORME RESOLUÇÃO nº 131/11 do CNJ)

portador(a) do Passaporte/Identidade nº _____, expedido(a) pela _____

em ____/____/____, residente _____, na cidade de _____

UF: _____

Observação: Salvo se expressamente consignado, este documento não constitui autorização para
fixação de residência permanente no exterior.

Local/Data: _____ de _____ de 20____.

Assinatura(s): 1) ASSINATURA DO PAI DO MENOR (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)
2) ASSINATURA DA MÃE DO MENOR (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)

FORMULÁRIO PADRÃO DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM INTERNACIONAL
PARA MENORES – RES. 131/2011-CNJ
(Válida até ____/____/20____) (NÃO EXCEDER DOIS ANOS)

Eu IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PAI DO MENOR CONSTANDO NACIONALIDADE E ESTADO CIVIL

NÚMERO DA IDENTIDADE OU PASSAPORTE DO PAI DO MENOR
portador(a) da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____, expedida(o) pela
ORGÃO EMISSOR (SSP DOS ESTADOS OU DPF) DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, data de expedição: ____/____/____, residente à _____

ENDEREÇO COMPLETO DO PAI DO MENOR CONSTANDO: _____, na cidade de _____

MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ESTADO TELEFONE PARA CONTATO DO PAI DO MENOR
_____, UF: _____, tel. de contato: (____) _____, na
qualidade de ASSINALAR PAI MÃE TUTOR(A) GUARDIÃ(O) e

da Cédula de Identidade/Passaporte nº _____, expedida(o) pela _____, data
de expedição: ____/____/____, residente à _____, na cidade de _____

_____, UF: _____, tel. de contato: (____) _____, na qualidade de PAI
MÃE TUTOR(A) GUARDIÃ(O), AUTORIZO(AMOS) que o(a) menor
IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO MENOR

nascido(a) em _____

DATA DE NASCIMENTO DO MENOR SEXO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO DO MENOR
_____, sexo: masc. fem., natural de _____

NÚMERO DO PASSAPORTE OU DA IDENTIDADE DO MENOR
Passaporte/Identidade nº _____ expedido(a) pela
ORGÃO EMISSOR DO DOCUMENTO (SSP DOS ESTADOS OU DPF) E A DATA DA EMISSÃO DO DOCUMENTO
_____, em ____/____/____, viaje com destino ao exterior, na companhia
de IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO ACOMPANHANTE DO MENOR NA VIAGEM

NÚMERO DA IDENTIDADE OU PASSAPORTE DO ACOMPANHANTE DO MENOR
portador(a) do Passaporte/Identidade nº _____, expedido(a) pela
ORGÃO EMISSOR DO DOCUMENTO (SSP DOS ESTADOS OU DPF)

ENDEREÇO COMPLETO DO ACOMPANHANTE DO MENOR NA VIAGEM CONSTANDO:
em ____/____/____, residente _____, na cidade de _____

MUNICÍPIO
_____, UF: _____

Observação: Salvo se expressamente consignado, este documento não constitui autorização para
fixação de residência permanente no exterior.

Local/Data: _____ de _____ de 20____.

Assinatura(s): 1) ASSINATURA DO PAI DO MENOR (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)
2) ASSINATURA DA MÃE DO MENOR (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)

<https://guiadocumentos.com.br/autorizacao-de-viagem-internacional-para-menor/#viagemmenor01>



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Resolução 131 CNJ

Art. 2º É dispensável autorização judicial para que crianças ou adolescentes **brasileiros residentes fora do Brasil**, detentores ou não de outra nacionalidade, viagem de volta ao país de residência, nas seguintes situações:

- I) em companhia de um dos genitores, independentemente de qualquer autorização escrita;
- II) desacompanhado ou acompanhado de terceiro maior e capaz designado pelos genitores, desde que haja autorização escrita dos pais, com firma reconhecida.

§ 1º A comprovação da residência da criança ou adolescente no exterior far-se-á mediante Atestado de Residência emitido por repartição consular brasileira há menos de dois anos.

§ 2º Na ausência de comprovação da residência no exterior, aplica-se o disposto no art. 1º.



Resolução 131 CNJ

Art. 3º Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente brasileiro poderá sair do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo, aplicando-se o disposto no art. 1º ou 2º:

- I) se o estrangeiro for genitor da criança ou adolescente;
- II) se a criança ou adolescente, nascido no Brasil, não tiver nacionalidade brasileira.

Art. 4º A autorização dos pais poderá também ocorrer por escritura pública.



Resolução 131 CNJ

Art. 5º O **falecimento de um ou ambos os genitores** deve ser **comprovado** pelo interessado mediante a apresentação de **certidão de óbito** do(s) genitor(es).

Art. 6º **Não é exigível a autorização de genitores suspensos ou destituídos do poder familiar**, devendo o interessado comprovar a circunstância por meio de certidão de nascimento da criança ou adolescente, devidamente averbada.

Art. 7º O **guardião por prazo indeterminado** (anteriormente nominado guardião definitivo) **ou o tutor**, ambos judicialmente nomeados em termo de compromisso, que não sejam os genitores, **poderão autorizar a viagem da criança ou adolescente sob seus cuidados**, para todos os fins desta resolução, como se pais fossem.



Resolução 131 CNJ

Art. 8º **As autorizações** exaradas pelos pais ou responsáveis **deverão ser apresentadas em duas vias originais**, uma das quais permanecerá retida pela Polícia Federal.

§ 1º O reconhecimento de firma poderá ser por autenticidade ou semelhança.

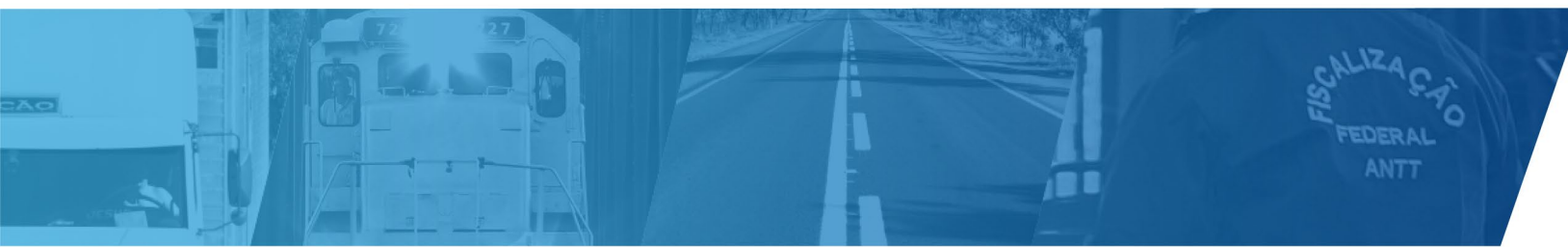
§ 2º Ainda que **não haja reconhecimento de firma**, serão válidas as autorizações de pais ou responsáveis que forem **exaradas na presença de autoridade consular brasileira**, devendo, nesta hipótese, constar a assinatura da autoridade consular no documento de autorização.

Art. 9º Os documentos mencionados nos arts. 2º, § 1º, 4º, 5º, 6º e 7º deverão ser apresentados **no original ou cópia autenticada no Brasil** ou por repartição consular brasileira, permanecendo retida com a fiscalização da Polícia Federal cópia (simples ou autenticada) a ser providenciada pelo interessado.

Art. 10. Os documentos de autorizações dadas pelos genitores, tutores ou guardiões definitivos deverão fazer constar o prazo de validade, compreendendo-se, em caso de omissão, que a **autorização é válida por dois anos**.



Autorização Eletrônica de Viagem



Situações e documentos diversos

CNH-e
Departamento Nacional de Trânsito



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Declaração de Nascido Vivo

A DNV é o documento padrão utilizado em todo o território nacional para alimentação do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e **não serve como documento de identificação.**

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
1ª VIA - SECRETARIA DE SAÚDE

Declaração de Nascido Vivo 00-00000000-0

I Cartório

1) Cartório Código 2) Registro 3) Data

4) Município 5) UF

II Local da Ocorrência

1) Local da Ocorrência 2) Estabelecimento 3) Código

1) Hospital 2) Outro Estab. Saúde 3) Condição 4) Outros 5) Ignorado

6) Endereço da ocorrência, se fora do estab. ou da resid. da mãe (Rua, praça, avenida, etc) Número Complemento 7) CEP

8) Bairro/Distrito 9) Código 10) Município de ocorrência 11) Código 12) UF

III Mãe

13) Nome da Mãe 14) Cartão SUS

15) Idade (anos) 16) Estado Civil 17) Escolaridade 18) Ocupação habitual e ramo de atividade 19) Num. de filhos vivos em gestações anteriores (até o 10º ao gravidez) Nascidos vivos Nascidos mortos

1) Solteira 2) Casada 3) Desquitada 4) Viúva 5) Separada judicialmente divorciada 6) Nenhuma 7) De 1 a 3 8) De 4 a 7 9) De 8 a 11 10) 12 e mais 11) Ignorado

20) Logradouro 21) Número 22) Complemento 23) CEP

24) Bairro/Distrito 25) Código 26) Município 27) Código 28) UF

IV Gravidez e Parto

29) Duração da gestação (em semanas) 30) Tipo de gravidez 31) Tipo de parto 32) Número de consultas de pré-natal

1) Menos de 22 2) De 22 a 27 3) De 28 a 31 4) De 32 a 36 5) De 37 a 41 6) 42 e mais 7) Única 8) Dupla 9) Tripla e mais 10) Ignorado 11) Vaginal 12) Cesáreo 13) Ignorado 14) Nenhuma 15) De 1 a 3 16) De 4 a 6 17) 7 e mais 18) Ignorado

33) Nascimento Data Hora 34) Sexo 35) Pêso ao nascer 36) Índice de Apgar 1º minuto 2º minuto

37) Raça/cor 38) Branco 39) Preto 40) Amarelo 41) Pardo 42) Indeterminado 43) Não ao nascer 44) em gramas

39) Detectada alguma malformação congênita além aneuploidia cromossômica? 40) Sim 41) Não 42) Qual? 43) Código

44) Ignorado

V Recém Nascido

45) Polegar direito da mãe 46) Pê direito da criança

VI Identificação

VII Responsável pelo preenchimento

47) Nome 48) Função 49) Identidade 50) Órgão Emissor 51) Data

ATENÇÃO: ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A CERTIDÃO DE NASCIMENTO
O Registro de Nascimento é obrigatório por lei.
Para registrar esta criança, o pai ou responsável deverá levar este documento ao cartório de registro civil.



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES


Caderneta da criança - física ou digital

A Caderneta da Criança - Passaporte da Cidadania, é um livrete que a criança recebe no momento da alta hospitalar e é utilizada pelas famílias e profissionais de saúde, com o objetivo de acompanhar a saúde, o crescimento e o desenvolvimento da criança, do nascimento até os 9 anos, bem como a situação vacinal na infância, entre outros cuidados fundamentais para a atenção integral e proteção da saúde da criança e **não serve como documento de identificação.**




Prontuário Civil

Trata-se apenas do documento onde são colhidas e concatenadas as informações do cidadão quando da solicitação do registro geral mas **não serve como documento de identificação.**

 **ESTADO DO ACRE**
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ACRE - PCAC
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RAIMUNDO HERMINIO DE MELO - IIRHM

PRONTUÁRIO CIVIL

 RG [REDACTED] Emissão 10/14/2014 10: Cédula [REDACTED]
Nome [REDACTED]
Nome social [REDACTED]
Filiação 1 [REDACTED]
Filiação 2 [REDACTED]
Filiação 3 [REDACTED]
Filiação 4 [REDACTED]
Nascimento [REDACTED] 2008 Estado civil SOLTEIRO Sexo FEMININO
Nacionalidade BRASILEIRO País de origem BRASIL
Naturalidade RIO BRANCO AC Profissão [REDACTED]

Observações [REDACTED]


Logradouro [REDACTED] Bairro [REDACTED] Nº [REDACTED]
Complemento [REDACTED]
Cidade RIO BRANCO - AC CEP [REDACTED]
Contatos [REDACTED]

CPF [REDACTED] Identidade profissional 1 [REDACTED]
CNH [REDACTED] Identidade profissional 2 [REDACTED]
CNS [REDACTED] Identidade profissional 3 [REDACTED]
DNI [REDACTED] CTPS [REDACTED]
Cert. militar [REDACTED] Série CTPS [REDACTED]
Título de eleitor [REDACTED] UF CTPS [REDACTED]
NIS/PIS/PASEP [REDACTED]
Certidão [REDACTED] RIO BRANCO - AC
Matrícula [REDACTED]
Observações Dados importados do sistema Montreal

Necessidades especiais Nenhuma
Culís PARDA
Cabelos CASTANHOS
Olhos CASTANHOS
Tipo sang [REDACTED]
Altura 1 Assinatura do identificado [REDACTED]

Direita [REDACTED]
Polegar Indicador Médio Anelar Mínimo

Esquerda [REDACTED]


JUNIOR CESAR DA SILVA
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Emissão 28/03/2023 17:16 Login [REDACTED] Protocolo [REDACTED]
Posto [REDACTED]




PDF da CNH vale como doc. de identificação

Art. 2º A CNH será expedida em meio **físico e/ou digital**, à escolha do condutor, em modelo único, conforme estabelecido no Anexo I desta Resolução.


Neste caso, o PDF da CNH gerado pelo aplicativo **tem a mesma validade do documento físico** impresso pelo órgão de trânsito ou o documento digital mantido no mesmo aplicativo.

CNH-e

Departamento Nacional de Trânsito




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



00123456789
00123456789

NOME
LINCE DA SILVA



DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
5123223 DGPC/GO

CPF
891.340.611-75

DATA DE NASCIMENTO
05/06/1993

FILIAÇÃO
JOSE DA SILVA
MARIA DA SILVA

PERMISSÃO
#####

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
00123456789

VALIDADEZ
02/06/2019

1ª HABILITAÇÃO
06/08/2002

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR
Lince da Silva

LOCAL
Brasília, DF

DATA EMISSÃO
22/10/2013

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

61147258369
DF737894561

DISTRITO FEDERAL

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

Foto, print ou captura de tela

Fotos, prints ou qualquer representação gráfica de um documento de identificação, mesmo que válido, **não serve para identificação.**



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

E-Título

Apesar de possuir foto e algumas informações do eleitor, este documento não possui a informação de nenhum outro documento de identificação civil e por isso não serve como documento de identificação.



O Que é o e-Título

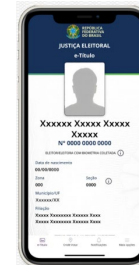
O e-Título é um aplicativo móvel que permite obter a via digital do título eleitoral. Pode ser baixado para smartphone ou tablet nas Plataformas iOS ou Android por pessoas com título regular ou suspenso.

O aplicativo dispõe de ferramentas inclusivas para pessoas com deficiência visual, baixa visibilidade ou daltônicas.

A via digital do título eleitoral, que contenha fotografia, **pode ser utilizada como documento de identificação para votar.**





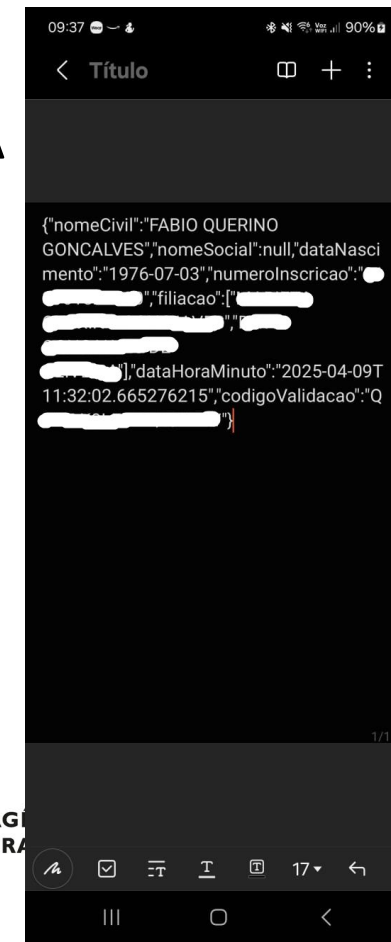
E-Título



VERSÃO FÍSICA DO e-TITULO

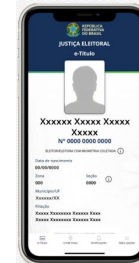
RESULTADO DA LEITURA DO QR-CODE

| | | | | | |
|---|----------------------------|-------------------------------|---------------|--|--|
|  REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL JUSTIÇA ELEITORAL TÍTULO ELEITORAL | | | | FILIAÇÃO XXXXXXXX XXXXXXXX XXXXX XXXXXXXX XXXXX XXXXX | |
| NOME DO ELEITOR ELEITORA/ELEITOR | | | | | |
| DATA DE NASCIMENTO 00/00/0000 | INSCRIÇÃO 0000000000000 | ZONA 000 | SEÇÃO 0000 | CÓDIGO DE VALIDAÇÃO XX00.XX00.XX00.XX00 | |
| MUNICÍPIO / UF XXXXXXXXXXXXXXXXXX / XX | | DATA DE EMISSÃO 00/00/0000 | |  | |
| Título Eleitoral impresso às 14:41 de 14/02/2024 para eleitor/eleitora com biometria coletada. | | | | | |
| A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço: www.tse.jus.br por meio do código de validação ou QR Code. | | | | | |



AG
TRA

E-Título



Lei 13.726/18, Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

...

V - apresentação de título de eleitor, **exceto para votar ou para registrar candidatura;**



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

CNH vencida



A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reafirmou, em decisão unânime, que o prazo de validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) diz respeito apenas à licença para dirigir, o que não impede o uso do documento para identificação pessoal.

Naquele julgamento, o colegiado afirmou que "não se vislumbra qualquer outra razão para essa limitação temporal constante da CNH, que não a simples transitoriedade dos atestados de aptidão física e mental que pressupõem o exercício legal do direito de dirigir".

Para Napoleão Nunes Maia Filho, no caso do concurso público, "não há violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas tão somente a utilização dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para se afastar a restrição temporal no uso da CNH para fins de identificação pessoal"

Assim, **mesmo vencido a CNH serve para fins de identificação civil.**



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Carteira de trabalho digital

PORTARIA SEPRT Nº 1065 DE 23/09/2019

Art. 2º Para fins do disposto no Decreto-Lei nº 5.452/1943, a Carteira de Trabalho Digital é equivalente à Carteira de Trabalho emitida em meio físico.

Parágrafo único. **A Carteira de Trabalho Digital não se equipara aos documentos de identificação civis** de que trata o art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009.

Parágrafo único. A Carteira de Trabalho Digital terá como identificação única o número de inscrição do trabalhador no CPF.



Secretaria Especial de Previdência e Trabalho




AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Boletim de ocorrência

Resolução ANTT 6.033, Art. 169:

§ 3º No caso de extravio, furto ou roubo do seu documento de identificação, o passageiro poderá apresentar para embarque Boletim de Ocorrência **ou outro documento emitido por autoridade policial**, desde que a data do fato indicada tenha ocorrido há menos de 30 (trinta) dias da data da viagem.

§ 4º O disposto no § 3º **não se aplica para a identificação de crianças e adolescentes, que deverão obter autorização judicial** para viagem em caso de extravio, furto ou roubo do documento de identificação.



Boletim de Ocorrência

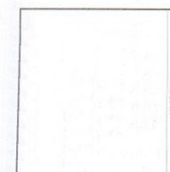


Certificado de Dispensa de Incorporação CDI

| | | |
|--|---|---------------------------|
|  |  | Validade INDETERMINADA |
| MINISTÉRIO DA DEFESA | | |
| Tipo de Documento Certificado de Dispensa de Incorporação | | |
| RA 00.000.000.000.00 | CPF 000.000.000.00 | |
| Nome VALDIR DE OLIVEIRA FILHO | | |
| Filiação MARIA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA VALDIR DE OLIVEIRA | | |
| Local e Data de Nascimento SAO PAULO, SP 03/04/1980 | | |
| Situação Serviço Militar "por ter sido incluído no excesso do contingente" | | |
| Informações Complementares Válido somente com apresentação do documento de identidade. A autenticidade deste Certificado poder ser verificada em https://alistamento.eb.mil.br | | |
| Expedido(a) em: 22/02/2024 | | |
| Este Certificado foi assinado digitalmente pela autoridade militar competente, em 22/02/2024, de acordo com as normas instituídas na ICP Brasil e Medida Provisória 2.200-2, de 24/08/2001. | | |
| ALBANO RIBEIRO JUNIOR - 1º TEN/ 1T Del SM/Cmt/Ch/Dir Código hash: 59532063D9D40078FCAF686C2EF8334A | | |

| | | |
|---|---|--------------------------|
|  |  | Válido até 00/00/0000 |
| MINISTÉRIO DA DEFESA | | |
| Tipo de Documento Certificado de Alistamento Militar | | |
| RA 00.000.000.000.00 | CPF 000.000.000.00 | |
| Nome NOME DO CIDADÃO | | |
| Filiação NOME DA MAE DO CIDADÃO NOME DO PAI DO CIDADÃO | | |
| Local e Data de Nascimento CIDADE NATAL - ESTADO 00/00/0000 | | |
| Situação Consulte sua situação no sítio: http://www.alistamento.eb.mil.br | | |
| Informações Válido com a apresentação do documento de identidade. | | |
| Expedido(a) em: 00/00/0000 | | |
| CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO DO EXÉRCITO | | |

| | | |
|--|---|--|
|  | MINISTÉRIO DA DEFESA CERTIFICADO DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO C S M 25 RA | FILIAÇÃO PAI MÃE DATA NASC NATURALIDADE |
| EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE Data de expedição : 11/09/2003 | | Dispensado do Serviço Militar inicial em 31/07/2003 por ter sido incluído no excesso do contingente Cmt/Ch ou Dir JULIO CESAR RODRIGUES CORREA-2 TEN DELEGADO 7/ DEL SM/25 CSM |



FOLEGAR

DISPENSADO



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Certificado de Dispensa de Incorporação CDI

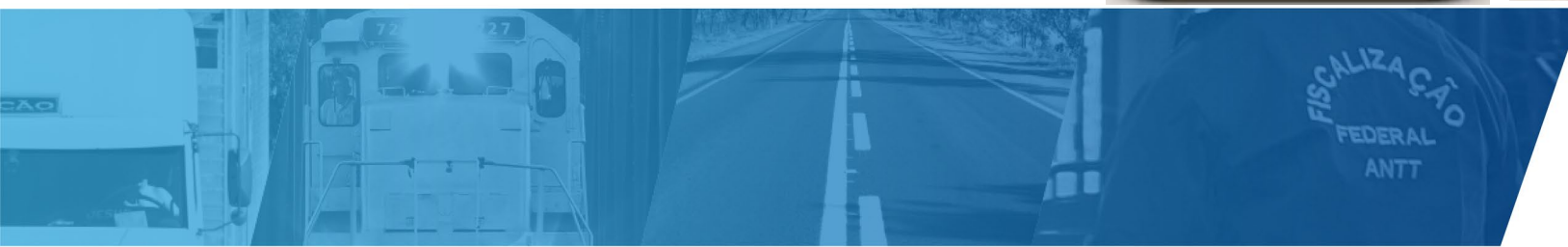
O Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) é um documento que dispensa o cidadão brasileiro do serviço militar obrigatório. O CDI é definitivo e tem validade indeterminada.

Mesmo sendo um documento com foto, por não possuir previsão legal específica **não pode ser utilizado como documento de identificação.**



Carteira de Identidade Militar CIM

Já a carteira de identidade militar possui a designação de documento de identidade militar e pode ser utilizado como documento de identificação.



Alvará de soltura

Alvará de soltura é uma ordem judicial que determina a liberdade de uma pessoa presa. É um documento emitido por um juiz, que pode ser concedido em casos de prisão provisória ou cumprimento de pena.

No entanto, **mesmo que possua foto da pessoa não é considerado como documento de identificação civil.**



Alvará de Soltura

Formulário de Alvará de Soltura com campos para preenchimento:

- _____



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.



LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

I – carteira de identidade;

~~II – carteira de trabalho; (Revogado pela Medida Provisória nº 905, de 2019)~~

II – carteira de trabalho;

III – carteira profissional;

IV – passaporte;

V – carteira de identificação funcional;

VI – outro documento público que permita a identificação do indiciado.

Parágrafo único. Para as finalidades desta Lei, equiparam-se aos documentos de identificação civis os documentos de identificação militares.



Art. 1º É válida em todo o Território Nacional como prova de identidade, para qualquer efeito, a carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional.



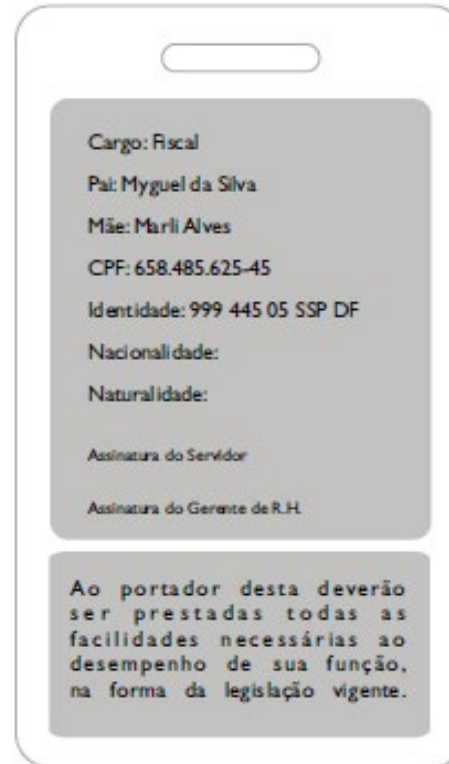
Resolução ANTT 6.033/23

Art. 213, Parágrafo único. Durante as ações de fiscalização, o agente fiscalizador se identificará por meio da identificação funcional.

FRENTE



VERSO



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

Obrigado

FÁBIO QUERINO GONÇALVES
fabio.goncalves@antt.gov.br



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES